

Sob a maré da história: os naufragos mortos da guerra submarina na costa de Sergipe (1942)



RESUMO

Este artigo discute o impacto social gerado pelos torpedeamentos navais na costa de Sergipe (Brasil), ao longo da Batalha do Atlântico Sul, Segunda Guerra Mundial. Objetiva por nexos entre as histórias militares e as memórias dramáticas, e assim, vislumbrar os naufragos mortos, as práticas de sepultamento nas praias e a criação dos cemitérios dos naufragos. De certo, conceber a morte enquanto objeto de estudo ainda gera desconforto na maioria das pessoas. Contudo, é preciso atravessar o tema tabu e entender seus silêncios dentro da sociedade brasileira. Norteados, então, por uma metodologia mais provocadora, desenvolveu-se aqui, uma pesquisa qualitativa pautada na morte e morrer nos conflitos militares. Com base na análise de documentos variados e nas entrevistas orais, foram privilegiadas as impressões coletivas de dentro para fora, ou seja, como os sergipanos aprenderam a ver o mundo da guerra no seu mar, graças à materialidade dos cadáveres e outros objetos flutuantes saídos das embarcações abatidas.

Palavras-chave: Naufragos mortos; Cemitérios; Guerra submarina; Sergipe; Segunda Guerra Mundial.

* Doutor em História, Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor substituto de História do Campus Socorro, do Instituto Federal de Sergipe. Professor de História na Colégio Estadual Professor Antônio Fontes Freitas, junto à Secretaria de Educação e Cultura de Sergipe (SEDUC-SE). É membro do GPCIR, Grupo de Pesquisa sobre Culturas, Identidades e Religiosidade (CNPq/UFES). CV: <http://lattes.cnpq.br/9503027449247129>

** Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Titular aposentada do Departamento de História da mesma universidade. CV: <http://lattes.cnpq.br/1076732028646198>



Under the tide of history: the dead castaways of the submarine war on the coast of Sergipe (1942)

ABSTRACT

This study discusses the social impact caused by the naval torpedoing on the coast of Sergipe (Brazil) at the Battle of the Atlantic, in World War II. It aims to integrate military stories and dramatic memories, and then produce a possible interpretation of the dead castaways, the burying practices and the establishment of castaways' cemeteries. Indeed, considering death as an object of study is uncomfortable to most people. However, it is necessary to cross that taboo and understand its silences within Brazilian society. Therefore, guided by a more provoking methodology, a qualitative study orientated by death and dying in military conflicts was carried out. Based on the analysis of various documents and on oral interviews, the collective impressions were privileged, from an inside out perspective, i. e., considering how the people of Sergipe learned to see the world of the war in their own sea, thanks to the materiality of the corpses and other floating objects that came out of the vessels attacked.

Keywords: Dead Castaways; Cemeteries; Submarine War; Sergipe; Word War II.

Bajo la marea de la historia: los naufragos muertos de la guerra submarina en la costa de Sergipe (1942)

RESUMEN

Este artículo discute el impacto social generado por los bombardeos navales, a base de torpedos, en la costa de Sergipe (Brasil), durante la batalla del Atlántico Sur, Segunda Guerra Mundial. Busca integrar las historias militares y las memorias dramáticas, y, así, vislumbrar los naufragos muertos, las prácticas de sepultamiento en las playas y la creación de los cementerios de los naufragos. Sin duda, concebir la muerte como objeto de estudio aún genera incomodidad en la mayoría de las personas. Sin embargo, es necesario examinar este tema tabú y entender sus silencios dentro de la sociedad brasileña. Orientada, por tanto, por una metodología más provocadora, se desarrolló esta investigación cualitativa, basada en la muerte y morir en conflictos militares. A partir del análisis de diferentes documentos y de entrevistas orales, se dio preferencia a las impresiones de dentro para afuera, es decir, a como los sergipanos aprendieron a ver el mundo de la guerra en su mar, debido a la materialidad de los cadáveres y otros objetos fluctuantes salidos de las embarcaciones abatidas.

Palabras-clave: Naufragos muertos; Cementerios; Guerra submarina; Sergipe; Segunda Guerra Mundial.



Aí está o golpe mais traiçoeiro e terrível vibrado contra o coração da nacionalidade²

A leitura da inscrição tumular do Cemitério dos Naufragos cria conexões sócio-históricas mais amplas com o torpedeamento dos navios mercantes na costa de Sergipe, durante a Batalha do Atlântico (1939-1945). A consagração deste território cemiterial moldou-se a partir de uma lógica nacionalista de demarcação, por excelência, dentro do espaço histórico-militar do Brasil. Representa, ainda, uma homenagem póstuma aos brasileiros vitimados na guerra submarina e sepultados nos cemitérios circundantes desta região litorânea.

Etimologicamente, a palavra cemitério, vem do grego *koimeterion* pelo latim *coemeterium*, ambos com o sentido de dormitório. O significado literal é quarto de dormir ou vestíbulo de repouso. Com o tempo, passou a denominar lugar onde se enterram os mortos, casa dos mortos ou repouso da morte. Pápias, um dos primeiros líderes da igreja cristã, considerado santo, substituiu a ideia de repouso da morte pela imagem de 'cinzas' dos mortos, derivando o vocábulo *cimiterium*, segundo ele, de *cinis-terium* – *cinis* significando a 'cinza'. (Lauwers, 2015, p. 20) Assim, chegou-se a um entendimento de que os cadáveres se consumiam para retornar ao estado de cinzas, ou seja, ao pó sagrado dos cristãos.

Neste sentido etimológico cambiante, vale alertar ainda que o Cemitério dos Naufragos de Sergipe não guarda cadáveres, mas tem dupla importância. A primeira, para a história militar, como monumento simbólico preservando a memória dos acontecimentos navais que levaram o Brasil à Segunda Guerra Mundial. Segundo, para a história social, como aspecto político das celebrações cívico-nacionalistas, que se metamorfosearam conforme o tempo e os interesses do *status quo*.

O monumento em questão não representa um término definitivo ou singelo dormitório, mas a luta contra o esquecimento, com vistas à preservação de uma história trágica, mas "vívida" na memória social dos sergipanos. No entanto, os naufragos mortos ainda se apresentam enquanto uma temática-tabu no compartilhamento dos resultados desta pesquisa. Tanto nas entrevistas para os programas de televisão quanto nas palestras para as escolas de Aracaju, a orientação geral costumava ser a mesma: "Caro Professor Luiz Antônio Pinto Cruz, por favor, evite na sua fala, de tocar nos mortos".

Por que passar em silêncio tal temática? O que explica o fenômeno da aparição, de sucessivos cadáveres nos estuários e nas praias de Sergipe no tempo da guerra, não ser estudado mais amiúde? Onde foram sepultados? Qual a importância de se compreender a morte e o morrer nos conflitos militares? A resposta a essas questões reside no fato de que fomos, como sociedade, sistematicamente insensibilizados quanto à dor e ao sofrimento alheio.

Conceber a morte enquanto objeto de estudo ainda gera desconforto na maioria das pessoas. O horror pelos mortos é apenas um dos muitos fatores que conspiraram para arrastar os sergipanos ao campo do sofrimento, numa guerra que também era deles. Mais do que torpedear seis navios mercantes (*Baependi*, *Araraquara*, *Anibal Benévolo*, *Itagiba*, *Arará* e *Hammaren*) e bombardear a barçaça *Jacira*, os projéteis lançados pelo *U-507* destruíram

² Povoado Mosqueiro. (1972). Cemitério dos Naufragos, Aracaju, SE.

centenas de vidas naquele mês de agosto de 1942. A maioria delas de sergipanos. Em virtude disso, Aracaju se tornou uma das raras cidades brasileiras que se sentia vítima da guerra submarina. Era fácil identificar amigos e parentes dos desaparecidos, que seguiam a bordo dos navios mercantes, especialmente do *Aníbal Benévolo*.

Na documentação trabalhada e nas entrevistas realizadas, o grande número de cadáveres à beira-mar tornou-se tema recorrente, bem como o estado físico dos corpos em decomposição. O presente artigo tem como centro da atenção os mortos, e busca adotar uma postura metodológica mais provocadora. Interessa, então, discutir o impacto social gerado com a chegada dos mortos às praias, além de evidenciar as práticas de sepultamento e a criação dos cemitérios dos naufragos. Desta forma, privilegiaram-se as impressões coletivas de “dentro para fora”, ou seja, as atitudes e percepções sociais sobre a guerra no mar e suas repercussões em terra.

Desenvolver a investigação histórica para dentro de Sergipe, procurando “ver como os sergipanos viam o seu mundo praiano”, ou melhor, como “aprenderam a ver o mundo-da-guerra em seu mar”. Destacar a face oculta dos acontecimentos navais ajuda a entender os novos rumos do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Afinal, a sua posição de neutralidade foi, literalmente, torpedeada.

A agressão nazista foi qualificada pelo diário aracajuano, *Folha da Manhã*, como uma “guerra não declarada” ou “guerra por antecipação”, pois os navios mercantes foram apanhados de surpresa naquela noite do dia 15 para 16 de agosto de 1942. Assim escreve o jornal:

Os navios brasileiros foram afundados mais ou menos na mesma zona marítima. Embarcações costeiras transportando passageiros foram apanhadas de surpresa pelo torpedeamento indiscriminado. Isto ocorreu quase à vista de terra. Agressão típica do nazismo contra países neutros que procuram intransigentemente, manterem-se alheios aos conflitos. Não é mais guerra. É o crime à solta na sua forma mais infame, sob a visada do periscópio, o olhar do assassino encoberto. E o submarino não escolhe vítimas nem conhece bandeiras a respeitar. Sua missão é a de estabelecer o terror nos mares, que morram crianças, mulheres, pacíficos viajantes, marujos mercantes. É a guerra não declarada, a guerra por antecipação, mas é também a mais covarde e a mais revoltante das guerras³.

A história do acontecimento não se encerrou quando os navios mercantes foram tragados pelo mar. Daquele ponto sul-atlântico, prosseguiu com as coisas flutuantes até as praias. Afinal, o fenômeno deu-se quase à vista de terra. Este é o raio aquático ignorado pela historiografia brasileira, pois a magnitude do trauma provocado pelo ato de matar homens, mulheres e crianças contribuiu para estabelecer o terror tanto no mar, aos marujos mercantes, quanto em terra, às populações litorâneas de Sergipe.

³ HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA EPIPHANIO DÓRIA, Aracaju/SE. *Folha Da Manhã*. Aracaju/SE, 26 de agosto de 1942, p. 2-4.



O jornalista Joel Silveira destacou a mobilização social dos sergipanos, quando pessoas, habitantes da sua capital e dos povoados à beira-mar, correram para o local onde se amontoavam aqueles restos sinistros. Em seu estilo narrativo, o referido jornalista discorreu:

Na noite de 16 de agosto de 1942, como as ondas continuassem a jogar na areia novos corpos velas foram acesas na praia e um padre improvisou uma missa fúnebre diante de uma cruz rústica (dois pedaços de madeira preso com barbante) e do bramir do oceano, tão bravio ali nas noites de lua cheia. Na manhã do dia 17, um salva-vidas jogado à praia pelo mar trazia pintado o nome do navio Aníbal Benévolo, cuja chegada à Aracaju era esperada para a manhã do dia 16 (Silveira, 2004, p. 72).

Diante do trágico evento naval vivido por uma coletividade, as operações militares da Batalha do Atlântico Sul ganham historicidade ao analisar as memórias das populações litorâneas do Brasil. O sentimento de pavor despertado pela prática da atrocidade submarina, diz Dave Grossman, procura não somente aterrorizar aqueles que sofrem, como, também, provocar descrédito em observadores distantes. (Grossman, 2007, p. 271). Neste sentido, o conceito de memória é abrangente, polifônico e necessário nesta conjuntura interpretativa da história acontecimental. De acordo com o olhar arguto e sensível de Margarida de Souza Neves:

O conceito de memória é crucial, porque na memória se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentalização; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade, o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registros e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação (Mattos apud Neves, 1998, p. 218).

Há histórias e memórias entrelaçadas no caos, mas quem se importa em ler as diferentes formas de analisar os mortos nas praias de Sergipe? Se imaginarmos que a dor é uma barragem que se opõe à corrente da narrativa, esclarece Walter Benjamin (1987, p. 269), então, vemos que ela é rompida onde sua inclinação torna-se acentuada o bastante para largar tudo o que se encontra em seu caminho ao mar do inditoso acontecimento. Com efeito, a melhor forma de se entender o processo de abasileiramento da Segunda Guerra Mundial é alcançada a partir do exame da documentação diversificada produzida pelos sergipanos, baianos e depoimentos cedidos aos autores. Deste modo, tem-se o enorme dano sofrido com os torpedeamentos navais e seus desdobramentos sociais.

Por um lado, no tempo da ditadura getulista do Estado Novo, as autoridades políticas procuraram calcular o prejuízo dos torpedeamentos navais na costa de Sergipe e a da Bahia, em termos financeiros, chegando ao valor de Cr\$ 30.155.597, 20. Por outro, estudos psicológicos apontam para novos horizontes investigativos na contemporaneidade. Richard A. Gabriel, em seu livro *No More Heroes*, revela que muito raramente as instituições procuram medir os custos dos conflitos em termos de sofrimento das pessoas. Do ponto de vista do sofrimento humano,

o colapso psiquiátrico continua a ser um dos mais onerosos produtos de guerra. (Gabriel apud Grossman, 2007, p. 87)

O lugar dos naufragos mortos na história da guerra

A esteira praiana do Nordeste movimentou histórias dramáticas. Entre o litoral de Sergipe e o da Bahia, em agosto de 1942, registraram-se as agressões navais de maior repercussão nacional no tempo do Estado Novo. A ação dos *u-boats* contra a soberania nacional veio, assim, estender a guerra, inesperadamente, à América do Sul. Então, o Brasil teve que reconhecer a situação de beligerância criada em águas sergipanas e baianas. Joel Silveira escreveu uma crônica intitulada, "16 de agosto de 1942: o dia em que Hitler nos atacou", nela destacou o drama social registrado no Povoado Mosqueiro, no litoral de Sergipe.

O interventor sergipano de então era o coronel Maynard Gomes, foi ele quem procurou saber até que ponto eram verdadeiras as notícias que começavam a intranquilizar a cidade de Aracaju. A primeira escolta da polícia estadual, que chegou à orla do mar, nas proximidades da vila do Mosqueiro, deparou com uma cena chocante: mais de cinquenta cadáveres, alguns já meio devorados pelos peixes, haviam sido atirados à praia, de mistura com restos de navios, salva-vidas, fardos e malas. Mas havia também corpos de soldados, do Exército, inclusive oficiais. Que teria acontecido? (Silveira, 2004, p. 71-72).

A tocaia dos submarinos indignou o país inteiro, que se viu provocado a entrar na guerra em defesa de sua soberania e da sua dignidade afrontosamente ofendidas. Das 855 vítimas, entre tripulantes e passageiros, que seguiam a bordo dos sete navios atacados pelo *U-507*, somente 243 sobreviveram e 612 desapareceram em águas abertas. Dezenas de naufragos prosseguiram, então, a luta pela sobrevivência a bordo de baleeiras e tábuas, mas, naquela situação-limite, alguns não tiveram forças suficientes para prosseguir e outros enlouqueceram a ponto de desistir da própria vida.

Entre o mar da guerra e a representação social dos sergipanos, o mundo das coisas flutuantes. A história tradicional negou a dar qualquer valor ou, mesmo sentido, aos salvados de guerra. Qualquer aparição, embora despertasse curiosidade nos praianos, era tratada como algo descartável, lixo e sem importância. "Eram coisas de gente morta, de defunto. Ave Maria!", como recordou Salvelina Santos de Moraes. Contudo, graças a uma abordagem pautada na cultura material, as coisas flutuantes receberam um tratamento especial, porque eram pedaços da história, ou seja, documentos históricos.

O cronista Mário Cabral, em seu livro *Roteiro de Aracaju*, publicado em 1948, vislumbrou a agressão do *U-507* enquanto um ataque brutal e imprevisto, mas vivido por uma coletividade. Centenas de vítimas – crianças mulheres, soldados e marinheiros – foram feitas com o afundamento dos *Baependi*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo*.

Só no dia 17, chegava à cidade de Aracaju, a dolorosa notícia, coincidindo, também, com a chegada dos primeiros sobreviventes. A pacata cidade



de Inácio Barbosa, transformou-se, subitamente, ao açoite do supremo insulto hitlerista. Milhares e milhares de pessoas encheram as ruas e as praças públicas clamando por vingança. Os feridos iam chegando: macilentos, esfarrapados, a bestial tragédia refletia refletida nos olhos cheios de espanto e de angústia (Cabral, 1948, p. 239).

Mário Cabral destacou a “primeira onda de aparição” pública: os naufragos feridos, que iam chegando “macilentos e esfarrapados, com a bestial tragédia refletida nos olhos cheios de espanto e de angústia”. Eles relataram o drama que viveram no mar. Eis que veio a “segunda onda” – conforme as publicações da imprensa local, documentos do Aeroclube de Sergipe e do Poder Judiciário – aparição de milhares de destroços: bagagens dos viajantes, mercadorias avariadas e restos das embarcações. Alguns brasileiros vivenciaram, de perto, a sua Segunda Guerra Mundial.

Denominados no linguajar náutico de salvados, mas popularmente conhecidos entre os aracajuanos da época como malafogados, uma parte das coisas flutuantes foi recolhida e seguiu para a Capitania dos Portos de Sergipe, que reuniu tudo na área do Inflamável. Outra, subtraída de forma ilegal, acabou comercializada pelos pescadores nas praias ribeirinhas da 13 de Julho, do Bairro Industrial e da Ilha dos Coqueiros. Muita coisa também foi destinada às feiras de Aracaju.

Em tempo de racionamento de alimentos e de carestia, Jorge Souza, jamais se esqueceu dos seus malafogados da guerra.

Malafogados? É porque o navio despejou, foi torpedeado e saiu a mercadoria toda na água salgada. Era a maré que trazia. Aí o povo pegava, aí vinha pra Rua Santa Rosa. Aí colocaram o nome da Rua Santa Rosa de a – Rua dos Malafogados. Você chegava ali encontrava fazenda, bacalhau, charque, chaleira de fazer café, panela também, tudo que veio do navio, você encontrava lá. Jabá, hoje é carne seca, naquele tempo era jabá nos sacos, viu? Bacalhau, era da Noruega! Bacalhau mesmo, da Noruega! Ficava tudo espalhado no chão na Rua Santa Rosa e tomava o trecho todo da Rua da Frente até a Rua José do Prado Franco⁴.

Após sucessivas ondas trágicas – a dos feridos e a dos malafogados – apareceu o aspecto flutuante mais impactante do ponto de vista social: a “terceira onda”, a dos naufragos mortos. Eram centenas deles, sepultados nos cemitérios sergipanos de Indiaroba, Estância, Itaporanga, São Cristóvão e Aracaju. Do outro lado do Rio Real, extremo norte do litoral baiano, foram enterrados em Mangue Seco e Coqueiro.

Do acontecimento militar para a vida social. Das sucessivas ondas de aparição, esta pesquisa voltou seu olhar para os restos humanos, tratados na perspectiva benjaminiana enquanto rastros históricos. Este é um conceito bastante elucidativo e oportuno, porque ambigualmente, o rastro apontava para uma presença (destroços navais, cadáveres dos naufragos e vítimas desesperadas) e para uma ausência (o submarino agressor, navio torpedeado ou guerra naval como um todo). Na acepção teórica de Walter Benjamin, o rastro é a aparição

⁴ Entrevista realizada pelo autor a Jorge Souza, em 10/04/2015, no bairro Siqueira Campos. Aracaju, Sergipe, Brasil.

de uma proximidade, por mais longínquo que esteja aquilo que o deixou. A aura é, por sua vez, a aparição de algo longínquo, por mais próximo que esteja aquilo que a evoca. No rastro, apoderamo-nos da coisa; na aura, ela se apodera de nós. (Benjamin, 2006, p. 490)

Diante da auratização dos fenômenos militares pelos civis, urge a necessidade de explicitar que a morte em ambientes aquáticos tem as suas peculiaridades. Passageiros e tripulantes ao caírem na água, no pós-torpedeamento, transformaram-se em naufragos. A maioria não conseguiu embarcar nas baleeiras dispersas e nem se agarrar a algo flutuante. Então, a luta deles pela sobrevivência foi vã e acabaram tragados pelo mar. Afinal, o que acontece com um corpo durante o afogamento? O jornalista Yuri Vasconcelos e o médico Daniel Muñoz assim responderam à questão na Revista Mundo Estranho:

No início do afogamento, a pessoa se debate, tentando se manter na superfície. Ela prende a respiração o quanto pode e aspira, sem querer, pequenas quantidades de água, o que provoca o fechamento da laringe, órgão situado entre a traqueia e a base da língua. Esse é um mecanismo de defesa do nosso corpo para que a água não inunde os pulmões. [...] Com o pulmão encharcado, a troca gasosa (entrada de oxigênio e saída de gás carbônico) não funciona mais. A redução de taxa de oxigênio causa danos em todos os tecidos, principalmente nos que precisam de mais ar, como as células nervosas. O cérebro é gravemente lesionado e a pessoa fica inconsciente. Depois de chegar aos alvéolos, a água entra no sangue e penetra nos glóbulos vermelhos, destruindo-os. Com isso, o potássio presente nessas células vaza para o plasma sanguíneo. Em concentração elevada, o potássio é fatal: ele acaba com a diferença de carga dentro e fora da célula, impedindo a transmissão dos impulsos nervosos e, assim, a contração muscular. Assim, o coração pode parar de bater. Com a parada cardíaca, a pessoa morre, e a grande quantidade de líquido que entra no corpo faz com que o cadáver inche e fique pesado, afundando – vivo, o corpo boia porque há ar entrando nos pulmões. A partir daí, as bactérias presentes no organismo começam a proliferar, liberando gases. Daí, o cadáver infla e volta a boiar (Vasconcelos e Muñoz, 2008).

Ao retornar a superfície do mar, o corpo morto dos naufragos se torna um pequeno barco e mensageiro da guerra. O texto citado ilustra, de forma médico-científica, o que acontece com o corpo afogado. Para esta investigação, interessa o drama na memória coletiva dos sergipanos ao se depararem, face a face, com os restos humanos. Com a correnteza oceânica sempre favorável às praias de Sergipe, centenas deles se dispersaram numa área costeira vastíssima, que vai da cidade de Aracaju até o Povoado de Mangue Seco, extremo norte da Bahia.

Sob a esteira praiana dos cadáveres, o drama em cena. Tornou-se essencial pensar a literatura brasileira dos naufragos mortos. Roberto Sander, em seu livro *O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*, faz alusão ao estado dramático das coisas. De acordo com a sua narrativa do acontecimento, “o quadro era terrificante” e continua:

Mais de cinquenta corpos, alguns com sinais de mordidas de peixes, se espalhavam entre destroços de navio. Incrédulo diante daquele cenário



dantesco, os homens da patrulha se perguntavam o que teria ocorrido, pois havia também corpos de soldados do Exército, inclusive oficiais. A praia, antes deserta, agora estava cheia de moradores dos povoados vizinhos. No decorrer do dia, as ondas trariam outras evidências da hecatombe, e uma noite de lágrimas velaria os mortos. Apesar de viverem a rotina pacata do litoral nordestino nos anos de 1940, todos ali, no fundo, suspeitavam do que poderia ter provocado tão grave acidente. Logo a dor se transformaria em revolta. Os restos do Baependi, que primeiro aportaram na costa sergipana naquele 16 de agosto de 1942 (horas depois chegariam os do Araraquara e do Aníbal Benévolo), eram resultado de meses de crescentes hostilidades, uma tragédia anunciada (Sander, 2007, p. 19).

Os corpos mortos e os salvados de guerra submetidos à luz da cultura material significou desenvolver uma abordagem antropológica sobre os restos navais, e, também, identificar como a Segunda Guerra Mundial chegou, de fato, aos brasileiros. Observou-se, assim, que o fenômeno militar, por excelência, amplia o campo de observação para os civis visando aprofundar a análise histórica sobre a morte e o morrer em tempo de guerra. Ou, em outros termos, a morte deve ser concebida como objeto de estudo. Allan Kellehear, em seu livro *Uma história social do morrer*, explicitou a importância deste campo historiográfico:

Estudar o morrer é como olhar para uma poça de água. Nela vemos o reflexo do tipo de gente que viemos a ser. Por trás das imagens frágeis e transitórias do nosso eu individual que aparecem na superfície, existem sugestões de companhia menos familiar: estranhas marés de histórias, ressacas culturais que fluem e refluem abruptamente na vida. As ondulações dessas forças tangem e trabalham a nossa identidade, primeiro para criá-la, e depois para testá-las antes da sua destituição final na morte (Kellehear, 2016, p. 13).

As estranhas marés da história, como já foi dito, afluíram às praias e expeliram cadáveres. Como tal atmosfera fúnebre marcou uma coletividade? Quais as atitudes e percepções dos sergipanos diante do morrer? De que maneira ressacas culturais fluíam e refluíam dos conflitos militares? Como memórias tropicais de guerra foram tecidas tendo por base a identidade cultural dos litorâneos? Diante destas questões, é preciso respondê-las na gênese dos acontecimentos.

Trabalhar a “história por dentro” significou buscar as reverberações da guerra submarina *in loco*. Por isso, devem-se valorizar os restos, tanto nos aspectos da memória coletiva quanto às evidências materiais. Assim, como afirma François Dosse, a leitura histórica do acontecimento não é mais redutível ao acontecimento estudado, mas considera em seu vestígio, situada numa cadeia de acontecimentos. Qualquer discurso sobre um acontecimento conota uma série de acontecimentos anteriores, o que dá total importância à trama discursiva que os religa no enredo. (Dosse, 2013, p. 207)

Salvelina Santos de Moraes foi entrevistada em 1º de julho de 2014, em sua residência, no Bairro Santo Antônio, zona norte de Aracaju. À época dos torpedeamentos, no entanto, residia na zona sul, ao lado do antigo farol e próximo à praia de Atalaia. Suas memórias são privilegiadas por dois motivos: a sua casa ficava na rota das diligências policiais e seu pai,

o faroleiro Teodoro de Moraes, participava ativamente delas. Questionada sobre alguma lembrança marcante no tempo dos torpedeamentos navais, ela respondeu:

*O pessoal morto. O pessoal morto inchava muito. Eles ficavam muito inchado. A língua vinha pra fora. Ficava assim bem grossa e azulada do lado de fora, sabe? Aí era homem, mulher, criança, tudo chegava inchado e a Capitania dos Portos [de Sergipe] botou uma caminhonete que era para pegar aquele povo todo. Aí nesse cemitério dos Cambuís não fazia nem a cova mais já era [cavada] aquelas valetas enormes pra sacudir o povo dentro, porque já vinha gente estragada, que o siri comia os olhos e a pele, e tudo, entendeu?*⁵

O pessoal morto, os sobreviventes feridos, a destruição naval e o medo da morte se repetiram em 1943 e 1944 com outros torpedeamentos navais. Estes eventos bélicos contínuos e seus rastros e restos igualaram em horror a experiência dos combatentes nas linhas de frente. Parentes e amigos dos naufragos desaparecidos na costa sergipana sofreram uma indignidade pouco experimentada em outros estados atlânticos do Brasil.

As atribuições do faroleiro Teodoro se multiplicaram no pós-acontecimento. Uma delas foi o recolhimento de cadáveres na região praiana entre a Barra do Vaza-Barris e a Barra de Aracaju. Salvelina recordou o que ouviu em casa, “papai não dava conta da praia do Mosqueiro até aqui [Atalaia]. Porque vinha pegando os mortos. A caminhonete vinha e trazia com eles. Quando voltava já tinha não sei quantos mortos de novo”⁶.

A apurada memória olfativa de Salvelina Santos de Moraes fez recordar o cheiro da guerra, ou seja, dos mortos recolhidos dentro de sua casa. “Quando papai chegava em casa ninguém aguentava o fedor. Era ui, ui, ui. [nesse momento da entrevista, ela tapou o nariz com a mão]. Era um fedor, dos mortos que ele pegava na praia e grudava nas roupas dele”⁷. A guerra tem odor de putrefação, e ainda diz: “foi muito triste, professor, era muita gente morta”⁸.

Diante de muita gente morta e para não entrar em colapso nervoso, o faroleiro Teodoro de Moraes, em seu esforço hercúleo, somente conseguia cumprir o seu dever e ajudar aos policiais nas diligências litorâneas, “se bebesse um bucado. Ele dizia que se não bebesse, não pegaria o defunto não, eu morro. Se eu não beber, eu não pego defunto não, eu morro”⁹. Era preciso anestesiá-los os nervos.

O recolhimento dos mortos na praia fazia o faroleiro Teodoro refletir sobre a sua própria finitude. Os homens reagem, explica a historiadora Juliana Schmitt, diante da morte, com bastante perplexidade. Não apenas do fato biológico em si – verdade incontornável da natureza – mas do que ele representa: é a percepção da finitude que leva o ser humano a procurar compreender, com todos os meios possíveis, o sentido de sua existência. (SCHMITT, 2010, p. 21)

⁵ Entrevista realizada pelo autor a Salvelina Santos Moraes, em 01/07/2014, no bairro Santo Antônio, Aracaju, Sergipe, Brasil.

⁶ Idem

⁷ Idem

⁸ Idem

⁹ Idem

O nascimento do Cemitério dos Naufragos

Nestes 80 anos dos torpedeamentos navais na costa de Sergipe e a da Bahia, o Cemitério dos Naufragos se tornou o centro das celebrações oficiais. Se a morte explicita o fim da vida, em Sergipe representou um recomeçar histórico. Justamente porque, além de cumprir a sua função histórico-naval, o Cemitério dos Naufragos se enquadra perfeitamente na categoria *monumentum* (Ariès, p. 2003, p. 78), sendo também um espaço militar e um lugar de memórias. Construído em 1972, no Povoado Mosqueiro, antigamente pertencente ao município de São Cristóvão, mas hoje, área de expansão urbana de Aracaju. À época, celebravam-se os 30 anos dos torpedeamentos navais, o cemitério foi erigido em sintonia ao discurso nacionalista da ditadura civil-militar, sob o comando do então presidente General Emílio Garrastazu Médici.

A historiadora Adriane Piovezan, em seu livro *Morrer Guerra - a sociedade diante da morte em combate*, destaca a monumentalização da morte durante e após os conflitos militares. Tal postura objetiva criar lugares de memória, na tentativa de reforçar a identidade militar e o patriotismo a partir de monumentos fúnebres (Piovezan, 2017, p.15). Com este propósito, eles são transferidos para locais públicos justamente para intensificar esta dimensão de sacrifício pelo coletivo. Ainda de acordo com a autora:

A problemática a ser desenvolvida na presente pesquisa também leva em conta essa tentativa de construir o culto cívico aos mortos. Não se trata de um fenômeno isolado. Afinal de contas, estas construções coletivas articuladas às atitudes individuais diante da morte podem estabelecer um panorama de uma história social dos mortos no Brasil (Piovezan, 2017, p. 16).

À luz desta reflexão histórica e outras análises documentais, percebeu-se que o Cemitério dos Naufragos de Sergipe não foi uma construção isolada, mas um projeto arquitetônico inspirado em articulações políticas mais amplas, como as discussões nacionais anteriores sobre o traslado dos corpos dos pracinhas e da edificação do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial. O sergipano Joel Silveira, jornalista dos Diários Associados e correspondente de guerra, participou destas discussões e teve um papel importante em estimular o culto cívico aos mortos nos torpedeamentos navais.

Com vistas a isso, o Cemitério dos Naufragos de Sergipe nasceu graças aos recursos do Ministério da Marinha e do Governo do Estado de Sergipe. Contudo, das três forças militares do Brasil, quem mais sentiu-se vítima dos torpedeamentos navais foi o Exército Brasileiro. Este último entra no jogo político do enaltecimento da memória militar, por perder tropas inteiras nesses naufrágios. Tanto pela "dimensão de sacrifício pelo coletivo" quanto pelo "estímulo cívico-nacionalista" das ditaduras brasileiras (a getulista e, depois, a civil-militar), não se deve confundir a memória social com a memória nacional, e esta última com a memória oficial de Estado. Apesar de existir um entrelaçamento temático, é possível perceber também distinções interpretativas entre elas: jogos políticos, práticas culturais, relações de poder e sutilezas populares. Por um lado, a história tradicional afastou-se dos litorâneos e ribeirinhos de Sergipe; por outro, cabe à história social essa retomada de diálogo.



A maioria da população do Mosqueiro (de Sergipe e do Brasil) desconhece a existência do Cemitério dos Naufragos, tolhido de uma relação efetiva pelos locais em seu estado isolado, escondido e fechado. Somente forasteiros – em sua maioria, turistas, marinheiros, professores e estudantes de Aracaju – visitam frequentemente o monumento, pensando nas atividades pedagógicas para a educação básica e para o desenvolvimento do turismo sergipano. A seguir (na Figura 1), a fotografia atual do Cemitério dos Naufragos:



Figura 1. Novo Cemitério dos Naufragos.
Fonte: Foto do Autor. 2022. Povoado Mosqueiro, Sergipe.

Um monumento excepcional e raro na costa do Brasil. Observe ao fundo a âncora fixada junto à popa. Há uma escada de acesso a bombordo, embarcando os seus visitantes ao altar. Um mastro em forma de cruz que se projeta em sombra metálica com a função cívica de hastear as bandeiras nacionais. Ao centro, por sua vez, percebe-se a estrutura da nave feita em mármore contendo dez gavetas visando honrar os mortos: tripulantes e passageiros, militares e civis. Em frente da embarcação, na ponte de comando, há a seguinte inscrição tumular: “*aí está o golpe mais traiçoeiro e terrível vibrado contra o coração da nacionalidade*”.

A leitura da placa tumular permite inferir também uma homenagem direta aos navios mercantes *Baependi*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo* tragados pelo mar da guerra. O historiador Luiz Antônio Pinto Cruz, em sua tese de doutorado, afirma a visão do navio enquanto sujeito histórico e essencial para a Marinha do Brasil, pois “início, meio e fim, o navio tem nome e biografia porque é a representação de um ser, que fez e faz a diferença em prol de uma coletividade, enfim, para os cidadãos do seu país” (Cruz, 2017, p. 27).

Ao avaliar o seu conjunto arquitetônico, logo percebe-se que o Cemitério dos Naufragos é uma representação de um navio, ou melhor, de um navio-monumento, navio-cemiterial, posicionado geograficamente em direção ao mar e, assim, cumprindo o seu papel de reconstituir a gênese deste relacionamento da história militar com a sociedade sergipana. O conjunto de navios soçobrados pelo *U-507* não foi o único, mas certamente um dos mais significativos ou, o mais decisivo, que levou o Brasil à Segunda Guerra Mundial.

Outro aspecto marcante deste cemitério é o nítido sentimento ufanista presente, característico dos anos de 1970, no auge da ditadura civil-militar. Faz pensar os usos do patrimônio e, por meio dele, conta-se história de guerra, preserva-se memórias, exalta-se o militarismo e destaca-se o nacionalismo. E assim, encobrir-se-ia a violência institucionalizada naqueles anos de chumbo. Desta forma é preciso conscientizar que existem três Cemitérios dos Naufragos construídos em prol de interesses sócio-políticos: um recente e simbólico, o espaço militar zelado pela Capitania dos Portos de Sergipe; outro, situado na estrada à beira-mar; e o do Povoado Robalo. Os dois últimos usados em sepultamentos pela comunidade local.

A função social voltada aos defuntos anônimos e aos cemitérios dos naufragos encontrava fundamento no fato de que a Igreja Católica precisava cuidar do passamento dos seus fiéis. A presença dos restos humanos da guerra urgia preces e sepultamento digno, porém o estado dos corpos contribuía para que se jogassem os naufragos mortos em qualquer fossa.

Os corpos surgiam estragados demais, desmanchando-se, apresentando aspecto gelatinoso e grudento. José Martins Ribeiro Nunes, conhecido como o prático Zé Peixe, explicou o porquê da ligeireza:

Enterravam lá na praia mesmo. Tudo estragado já. Os corpos já estragados. Foi tudo na praia. Tinha o Cemitério dos Naufragos, nunca foi lá não? Agora tem um cemitério do Mosqueiro que é um navio. O Cemitério não era aquele não. O senhor vai caminhando lá um dia e pode perguntar. Onde é o Cemitério dos Naufragos na praia? Ali, enterrava muita gente ali. Agora muita gente em estado de putrefação não dava mais pra pegar uma pessoa daquela pra trazer pra lugar nenhum. Ai, onde pegava, enterrava, entendeu?¹⁰

A maneira como a morte é lembrada demonstra o impacto social, que reverbera na seleção dos acontecimentos pela memória dramática, no estilo de narrativas dos sergipanos e nas práticas improvisadas de sepultamento. Muitos naufragos mortos foram sepultados em qualquer fossa, devido ao estado avançado de putrefação. A seguir (Figura 2), a fotografia do antigo Cemitério dos Naufragos:



Figura 2. Antigo Cemitério dos Naufragos.
Fonte: ADCARROBALO, 2012.

¹⁰ Entrevista realizada pelo autor a José Martins Ribeiro Nunes (prático Zé Peixe), em 07/04/2004, bairro São José, Aracaju, Sergipe, Brasil.

Uma destacada cruz tumular ao centro. Cercada de outras cruzes pelo chão de coqueiros farfalhantes e de vegetação de restinga. Estes elementos paisagísticos concedem tons tropicais próprios ao campo santo. Defronte à cruz, por sua vez, ainda se percebem, ao fundo, o enquadramento da cerca, as águas aperoladas do mar de Sergipe e, por fim, as cristas espumosas brancas das vagas se esparramando na areia da praia, fazendo o espectador da cena divagar sobre histórias de outrora.

A população local ainda faz uso desse antigo cemitério. Provavelmente, ele nasceu das valas coletivas dos naufragos sepultados no tempo da Batalha do Atlântico, ao longo da Segunda Guerra Mundial. Visando recuperar sua função original, como um lugar de memória e história, as autoridades políticas amuralharam o cemitério, onde foi pintado em letras garrafais, Cemitério dos Naufragos. Uma teia de questões abre-se no tempo-de-agora: o que as autoridades farão com os sepultamentos recentes e as diferentes práticas religiosas ali realizadas? Ao circular pelo adro, não se encontra identificação dos mortos afogados dos torpedeamentos navais, nos anos de 1940. Onde eles estão?

Um Cemitério dos Naufragos sem naufragos, como assim? De 1942 para cá, será que sepultamentos recentes encobriram os antigos? Cabe o desenvolvimento de uma investigação arqueológica mais aprofundada. Que fossem extensas ou reduzidas, as zonas de inumação constituíram os estabelecimentos mais estáveis em meio a sítios frágeis e flutuantes, para não dizer móveis. Sob a perspectiva “de frente para trás”, as fotografias aqui reunidas evidenciam a materialidade histórica e patrimonial do acontecimento naval.

A imagem a seguir (Figura 3) expõe os restos flutuantes do acontecimento trágico, na praia de Sergipe, em agosto de 1942. Ela compõe o acervo iconográfico do livro *Agressão: documentário dos fatos que levaram o Brasil à Guerra*, publicado pela Imprensa Nacional, 1943.



Figura 3. Vala coletiva dos naufragos. Praia de Sergipe. 1942.
Fonte: AGRESSÃO, 1943¹¹.

Esta fotografia de 1942, obra de um sergipano desconhecido, retrata um dos momentos mais dramáticos no Brasil no tempo da Segunda Guerra Mundial. Esta imagem gerou perplexidade nos brasileiros, pois o livro *Agressão* circulou pelos quatro cantos do país

¹¹ AGRESSÃO: documentário dos fatos que levaram o Brasil à Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p.23

e, na propaganda estadonovista, contribuiu para a sensibilização social e a mobilização dos civis para o engajamento no conflito. Nota-se no enquadramento da fotografia uma longa cova aberta tendo à sua margem cadáveres alinhados e prontos para o sepultamento coletivo.

Outro aspecto importante é que esta e outras fotografias produzidas pelos sergipanos apontam para uma evidência estarrecedora: não existiu apenas um cemitério dos naufragos, mas vários, em áreas tropicais dispersas e isoladas. Desconhecemos quase tudo sobre a gestão desses campos funerários de 1942 e 1943. Seria a Capitania dos Portos de Sergipe, autoridade militar-marítima representada pelo capitão-de-corveta Gentil Homem de Menezes, ou seria o Interventor Federal Varguista, representado pelo ex-rebelde tenentista, o Coronel Augusto Maynard Gomes? Afinal, qual autoridade decidia pela abertura de covas individuais e coletivas nas praias de Sergipe? Por que os naufragos mortos deixaram de ser levados para os cemitérios de Aracaju? Como eram escolhidas as localizações dos túmulos? Questões que permanecem sem respostas.

Ao retomar a entrevista de Salvelina Santos Moraes, novos elementos materiais vieram à tona, pois ela ampliou o olhar desta pesquisa ao apontar para a existência de outras covas coletivas abertas, mas dentro dos cemitérios urbanos: Cambuís e Cruz Vermelha. Era uma menina do Farol, em agosto de 1942. Conforme as suas memórias de adolescente:

Eu cheguei a ver na praia os mortos. Meu pai [faroleiro Teodoro Moraes] pegava os mortos. E aí nesse cemitério dos Cambuís, não fazia cova não. Eram aquelas valetas. Abriam aquelas valetas e traziam aqueles mortos e sacudiam nas valetas. Porque não dava pra fazer a cova de cada um não. Agora tinha muita gente que ia pra praia pra ver se viam algum conhecido [que vinha a bordo do Aníbal Benévolo]. Algumas pessoas até encontraram [os parentes]. [...] O sepultamento nos Cambuís era assim. O caminhão da Marinha chegava com aquela ruma de mortos em cima. Aquelas valetas já estavam abertas. Eles pegaram uma coisa chamada banguê. Você sabe o que é? Um assim e outro atrás. Aí botava aquele morto em cima e jogava na valeta. Porque não dava pra fazer uma cova individual¹².

Nesse trânsito de cadáveres, as memórias dos entrevistados são de extrema dramaticidade. A caminhonete não era da Marinha, mas da Companhia de Força e Luz. De acordo com o *Sergipe-Jornal*, as autoridades políticas providenciaram a remoção dos corpos para esta capital, a fim de serem sepultados, após as formalidades legais. “Durante as últimas horas da manhã de hoje [19 de agosto de 1942], foram retirados do mar 14 corpos, alguns já bastante deteriorados”¹³.

Nos sepultamentos realizados, as autoridades políticas e militares não conseguiram identificar a maioria dos mortos. Em 9 de setembro de 1942, então, a Chefatura de Polícia de Sergipe fez assinalar nas cruces das sepulturas à beira-mar, a seguinte inscrição tumular: “vítima do Nazismo” (Diário Oficial do Estado do Sergipe, 16 de setembro de 1942, s.n.). A fé

¹² Entrevista realizada pelo autor a Salvelina Santos Moraes, em 01/07/2014, no bairro Santo Antônio, Aracaju, Sergipe, Brasil.

¹³ HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA EPIPHANIO DÓRIA, Aracaju/SE. *Sergipe Jornal*. Aracaju, 19 de agosto de 1942, p. 2.

católica, enquanto alicerce para os cristãos vitimados, ajudou a coletividade sergipana em lidar com o trauma da batalha naval.

As cruzes fincadas nas praias de Sergipe ganharam as páginas do jornal *O Globo*. “Um sinal de luto e um símbolo de fé”, manchete da reportagem escrita pelo jornalista David Nasser, que veio do Rio de Janeiro visando realizar a cobertura dos acontecimentos militares; ouvir autoridades políticas; coletar informações junto aos nativos litorâneos; e fotografar sobreviventes, destroços e lugares. Ao circular pelas praias de Sergipe, deparou-se com a singela cruz de um naufrago anônimo. Ela serviu de inspiração para a seguinte reportagem, escrita em 22 de agosto de 1942, ainda sob o calor dos fatos.

Não faz muitos dias que, na silhueta dos seus coqueiros e no horizonte infinito de seus mares franjados de espuma e ricos de legendas românticas, essa praia do Nordeste apresentar simplesmente a grandiosidade típica que faz das nossas marinhas uma sedução repousante para os olhos, para o espírito e para o coração. Já agora, porém, um detalhe novo e triste se acrescenta às demais visões imutáveis dessa paisagem encantadora e sugestiva. A cruz tosca piedosamente erguida sobre a sepultura, cavada na areia, de uma das vítimas da estúpida agressão eixista. Não sabemos o nome desse morto. Mas não importa o nome. Ele era uma vida brasileira aberta às atividades cotidianas e sensíveis de uma pátria laboriosa e pacífica. E seu fim, assim brutal e traiçoeiro, indica, infelizmente, que alguma coisa cruel e desumana tenta se impor, nos mundos de nossos dias, às tradições e princípios que fazem a garantia e ventura de povos livres e soberanos. Essa cruz, por isso mesmo, não pode ser vista como uma expressão isolada de uma praia distante. Ela simboliza uma contingência irremediável de discurso e de lutas. Sua sombra se projeta muito além, pela terra e pela alma. Não apenas, todavia, como um sinal de luto. Porque na cruz o sentimento cristão encontra também um símbolo de fé de esperança. A fé e a esperança que, sobre o túmulo dos que já tombaram, suportam e galvanizam os ânimos do que ficam para aquelas lutas e novos sacrifícios, que tento há de ser o preço da vitória da sua causa humana sobre as forças da estupidez e da violência¹⁴.

Mais do que indicar o local de sepultamento do naufrago anônimo, a cruz de madeira representava uma inspiração publicitária da causa aliada contra a barbárie eixista. Para o repórter, ela jamais deve ser vista como sinal de luto ou expressão isolada de uma praia remota e distante, em Sergipe. Ela simboliza uma contingência irremediável de discurso e de lutas. Fé e esperança movem os patriotas para os sacrifícios vindouros. Sua sombra se projeta muito além, pois acreditava-se na época, que o pior ainda estava por vir: a própria Guerra do Atlântico Sul.

Quase um ano após dos primeiros torpedeamentos, o navio *Bagé* foi atacado pelo U-185, também na costa sergipana. Isto potencializou as celebrações póstumas de encomendação das almas. Uma grande romaria católica seguiu, em 17 de agosto de 1943, do centro urbano para o Cemitério da Cruz Vermelha. O *Correio de Aracaju* escreveu:

¹⁴ HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA EIPHANIO DÓRIA, Aracaju/SE. *O Globo*. Rio de Janeiro-RJ, 22 de agosto de 1942, p 1.



Era uma homenagem prestada à memória daqueles que ali se encontram sepultados, vítimas dos traiçoeiros e bárbaros torpedeamentos nazistas, realizada há um ano do passamento, nas costas marítima do nosso estado. O padre Manoel Soares celebrou o ato litúrgico da Encomendação e depois pediu um toque de "silêncio". Foram colocadas coroas mortuárias com as seguintes inscrições: 'As vítimas do nazismo, homenagem do Governo do Estado'; 'Aos militares vítimas do sanguinarismo eixista, homenagem do 28º BC'. "Homenagem do Governo Municipal de Aracaju às vítimas do nazismo"¹⁵.

O ato de lembrar simboliza a luta incessante da história contra o esquecimento, daí a importância de recordar dos anônimos enterrados em diferentes pontos da costa sergipana. O jornalista Joel Silveira, contemporâneo dos torpedeamentos navais, assim problematizou, "os mortos anônimos (os que nunca foram identificados, gente pobre que viajava na terceira classe dos navios afundados) que lá ficaram ou foram enterrados na deserta praia sergipana." (Silveira, 2004, p. 74) Sobre os passageiros e os tripulantes do *Aníbal Benévolo*, que seguiam viagem de Salvador à Aracaju, Joel Silveira concluiu, tudo acabou na madrugada do dia 16 de agosto de 1942, quando sobre todos eles se abateu o duplo silêncio da morte e do anonimato. E assim se constrói a memória social por intermédio da narrativa dos acontecimentos.

Considerações finais

A imagem perturbadora dos brasileiros vitimados pela ação do U-507, na costa de Sergipe e na da Bahia, gerou memórias, histórias e traumas. Ainda que tardios, os efeitos sociais dos torpedeamentos navais começaram a despertar a atenção crescente dos historiadores somente nas primeiras décadas do século XXI. Parte do problema do atraso deve-se ao fato de que a história da Batalha do Atlântico Sul ainda é pouco conhecida entre os brasileiros. Além disso, por décadas, reinou a desconfiança de que os Estados Unidos seriam os verdadeiros responsáveis pelos sinistros, tal suspeita travou o desenvolvimento de novos trabalhos.

Em termos da historiografia clássica, a imagem forjada da Segunda Guerra Mundial nos trópicos era a seguinte: Brasil distante das operações navais, ou seja, sem qualquer impacto social em suas águas territoriais. A guerra imaginada e projetada na literatura especializada, seria aquela vivida apenas pelos pracinhas e pelas enfermeiras na Itália. Ao destacar a forma como os entrevistados falam sobre as suas experiências traumáticas diante dos mortos nas praias sergipanas, a presente análise buscou içar, no ato da recordação, os elementos culturais do morrer e os aspectos fúnebres esquecidos, destacados ou censurados pelos DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda.

As memórias dos sujeitos e os documentos arrolados convergem para um aspecto crucial: os sucessivos acontecimentos militares ganharam amplitude graças à gente do litoral. Daí a contribuição deste artigo, pois os navios torpedeados, os naufragos mortos e os sobreviventes eram experiências comunicáveis com os sergipanos amedrontados. O pavor

¹⁵ HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA EPIPHANIO DÓRIA, Aracaju/SE. *Correio de Aracaju*. Aracaju SE, 18 de agosto de 1943.



da morte alimentou o medo da guerra e, também, a angústia de ser recrutado para o *front*. Estas evidências locais não se fecham em si. Pelo contrário, enriquecem-na por abrir amplas possibilidades investigativas ao historiador cultural e social. É esse aspecto interpretativo que ganha relevo particular aqui, pois levanta a reflexão do papel que os mortos naufragados têm na renovação dos estudos históricos brasileiros sobre a Segunda Guerra Mundial.

A história dos naufragos não pode morrer na praia. Para efeito de análise social, e tendo em vista os limites deste artigo, destacam-se o seu potencial temático para novas pesquisas: as impressões beligerantes do 7º Grupo de Artilharia de Dorso (7º GADo), que seguia a bordo do Baependi e do Itagiba; as práticas de sepultamento em outros estados atlânticos; a cultura material dos salvados de guerra; o crime de vilipêndio de cadáveres; a cultura visual produzida pelo DIP; os usos políticos das agressões navais nos discursos nacionalistas; os monumentos históricos erguidos pelo litoral brasileiro, a exemplo do Monumento Nacional aos Mortos, no Rio de Janeiro.

Com o passar do tempo, o medo da guerra tornou-se maior do que a ameaça submarina. Por isso, Aracaju tornou-se uma cidade sitiada, desmobilizando-se apenas em 1945. Em conclusão, portanto, espero que a presente investigação histórica inspire as novas gerações na compreensão do Atlântico brasileiro em guerra e as suas múltiplas abordagens socioculturais.

Referências Bibliográficas

Adcarroballo. (2012). *Fotografia do cemitério dos naufragos*. Praia de Sergipe. Disponível em: <http://adcarroballo.blogspot.com/>. Acesso em: 01 out. 2017.

Ariès, P. (2003). *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro.

Benjamin, W. (1987). *Rua de mão única*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Benjamin, W. (2006). *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Cabral, M. (1948). *Roteiro de Aracaju: guia sentimental da cidade*. Aracaju: Livraria Regina.

Cruz, L. A. P. (2017). *A Guerra do Atlântico na costa do Brasil: rastros, restos e aura dos U-boats no litoral de Sergipe e da Bahia (1942-1945)*. [Tese de Doutorado em História, Universidade Federal da Bahia (UFBA)], Salvador.

Dosse, F. (2013). *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Editora Unesp.

Grossman, D. (2007). *Matar! Um estudo sobre o ato de matar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

Kellehear, A. (2016). *Uma história social do morrer*. São Paulo: Editora da UNESP.

Lauwers, M. (2015). *O nascimento do cemitério: lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval*. Campinas: Editora da Unicamp.



Neves, M. de S. (1998). História e Memória: os jogos da memória. In: I. R. Mattos (Org.). *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formatação do historiador*. Rio de Janeiro: Access.

Piovezan, A. (2017). *Morrer na guerra, a sociedade diante da morte em combate*. Curitiba: CRV.

Sander, R. (2007). *O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Schmitt, J. (2010). *Mortes Vitorianas: Corpos, luto e vestuário*. São Paulo: Alameda.

Silveira, J. (2004). *A feijoada que derrubou o governo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Vasconcelos, Y. e Muñoz, D. (2008). O que acontece no corpo durante um afogamento?. <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-acontece-no-corpo-durante-um-afogamento/>
Acesso em: 10/06/2022.

Recebido em: 1º de julho de 2022

Aprovado em: 8 de janeiro de 2023

